



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**LARISSA SOUSA HENRIQUE DE MEIRELES**

**A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE  
ENSINO DE JOÃO PESSOA**

João Pessoa/PB  
2020

**LARISSA SOUSA HENRIQUE DE MEIRELES**

**A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE  
ENSINO DE JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Esp. Isolda Ayres Viana Ramos

João Pessoa/PB  
2020

M514i Meireles, Larissa Sousa Henrique de.

A inclusão do aluno autista em uma escola da rede estadual de ensino de João Pessoa / Larissa Sousa Henrique de Meireles. - João Pessoa: UFPB, 2020.

46f. : il.

Orientadora: Isolda Ayres Viana Ramos  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –  
UFPB/CE

1. Autismo. 2. Inclusão. 3. Educação. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 616.896(043.2)

**LARISSA SOUSA HENRIQUE DE MEIRELES**

**A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE  
ENSINO DE JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 10/08/2020

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profª Esp. Isolda Ayres Viana Ramos – UFPB/CE/DME  
Orientadora

---

Profª Ms Santuza Mônica de França Pereira da Fonseca – UFPB/CE/DHP  
Examinadora

---

Profª Drª Adenize Queiroz de Farias – UFPB/CE/UFPB  
Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, autor e consumidor da minha fé. Pois sem Ele nada eu poderia fazer, agradeço pela sabedoria, e pelas suas misericórdias que se renovam a cada amanhecer.

Aos meus pais e meu irmão, que sempre me apoiaram, incentivaram e acreditaram em mim. Ao meu esposo Renan, por ter sido meu incentivador e meu suporte nos momentos difíceis, durante toda minha caminhada acadêmica.

Aos meus professores e professoras, por todos os ensinamentos deixados durante essa trajetória, em especial a minha orientadora Isolda Ayres pelo compartilhar de conhecimentos, por todo carinho, confiança, atenção e compreensão, durante a construção deste trabalho.

Aos colegas e amigos que conheci durante o curso, e em especial a Naiara que foi minha parceira de estudos e amiga dentro e fora da Universidade. Aos demais amigos, que torcem, oram e me incentivam e todos que me ajudaram direta ou indiretamente, o meu muito obrigado!

A inclusão acontece quando... Se  
*aprende com as diferenças e não com  
as igualdades.*

Paulo Freire

## RESUMO

O presente trabalho intitulado “A inclusão do aluno autista em uma escola da rede estadual de ensino de João Pessoa” tem como objeto de estudo a inclusão e a prática educativa com uma criança com autismo. O objetivo geral do trabalho foi investigar a inclusão do aluno autista em uma escola da rede pública estadual de ensino de João Pessoa. Optou-se por uma sala de aula do 2º ano do Ensino Fundamental, com um aluno autista matriculado na escola onde foi realizada a atividade de estágio supervisionado. Para tanto, foram realizados um levantamento de material bibliográfico e digital, e a pesquisa de campo. Esta última ocorreu na Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Pessoa, tendo por sujeitos: a professora da sala e o estudante com autismo. Durante a pesquisa de campo, foram utilizados os instrumentos de observação e questionário. O primeiro, foi para levantar os dados relativos ao cotidiano da sala de aula, e o segundo aplicado à professora da turma, cujo foco foi conhecer seus conhecimentos acerca do autismo, das metodologias e práticas pedagógicas que podem favorecer a inclusão do aluno no ambiente e na rotina escolar. Quanto aos resultados, revelaram que apesar de ter conhecimentos acerca do autismo e utilizar práticas pedagógicas inclusivas, sua formação docente não lhe preparou devidamente para esta situação, e que essa falha reflete na inclusão do aluno com autismo na rede regular de ensino. Além disso, outro aspecto a ser considerado diz respeito à presença dos cuidadores, cujas formações precisam ser compatíveis com a responsabilidade que assumem. Conclui-se, portanto, que apesar de alguns avanços a respeito da garantia de acesso dessas crianças a educação no ensino regular, ainda é preciso maiores investimentos na qualificação e formação continuada das professoras e dos cuidadores.

**Palavras-Chave:** Autismo. Inclusão. Educação.

## **ABSTRACT**

The present work entitled “The inclusion of the autistic student in a state school in João Pessoa” has as its object of study the inclusion and educational practice with a child with autism. The general objective of the work was to investigate the inclusion of the autistic student in a public school in the state of João Pessoa. We opted for a 2nd year elementary school classroom, with an autistic student enrolled in the school where the supervised internship activity was carried out. To this end, a survey of bibliographic and digital material and field research were carried out. The latter took place at the Antônio Pessoa State Elementary School, with subjects: the classroom teacher and the student with autism. During the field research, the instruments of observation and questionnaire were used. The first was to collect data related to the classroom's daily life, and the second applied to the class teacher, whose focus was to learn about her knowledge about autism, the methodologies and pedagogical practices that can favor the inclusion of the student in the environment and in the school routine. As for the results, they revealed that despite having knowledge about autism and using inclusive pedagogical practices, their teacher training did not adequately prepare them for this situation, and that this failure reflects the inclusion of students with autism in the regular school system. In addition, another aspect to be considered concerns the presence of caregivers, whose training needs to be compatible with the responsibility they assume. It is concluded, therefore, that despite some advances regarding the guarantee of access of these children to education in regular education, there is still a need for greater investments in the qualification and continuous training of teachers and caregivers.

**Keywords:** Autism. Inclusion. Education.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	11
2.1 A ORIGEM DA INCLUSÃO .....	11
2.2 PERCURSO HISTÓRICO DO AUTISMO .....	12
<b>2.2.1 Sintomas e Diagnóstico</b> .....	14
<b>2.2.2 Lei de Proteção aos Direitos dos Autistas</b> .....	16
<b>2.2.3 O Processo de Ensino e Aprendizagem do Autista</b> .....	17
2.3A INCLUSÃO ESCOLAR .....	19
2.4LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO Nº 13.146/15.....	21
2.5A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA .....	22
2.6FORMAÇÃO DOCENTE .....	23
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	26
3.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA.....	26
3.2 CAMPO EMPÍRICO: O UNIVERSO E OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	26
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	27
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	28
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	40
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	41
<b>APÊNDICE</b> .....	44

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve por objetivo geral, investigar a inclusão do aluno autista na sala de ensino regular de uma escola da rede estadual de ensino de João Pessoa. Como objetivos específicos, tiveram-se os seguintes: analisar o desenvolvimento de aprendizagem do aluno, identificar as estratégias utilizadas para incluir o aluno na rotina escolar e apontar práticas que ajudam no processo de ensino e aprendizagem.

A escolha deste tema deu-se a partir de uma vivência no estágio supervisionado obrigatório em Ensino Fundamental, pela Universidade Federal da Paraíba. A partir deste estágio pode-se relacionar a teoria da educação especial e a prática da sala de aula com um aluno com deficiência, e compreender que a inclusão não é fácil, mas quando desenvolvida da maneira correta, se torna possível.

A inclusão do aluno que possui qualquer deficiência na escola de ensino regular é um desafio, visto que, para que de fato aconteça essa inclusão, muitos objetivos precisam ser alcançados. Professores precisam conhecer as peculiaridades de tais alunos e construir saberes em relação a suas limitações, pensando em maneiras que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento de suas potencialidades, pois práticas pedagógicas eficazes são imprescindíveis para a evolução e desenvolvimento destes alunos, e isso só vai ocorrer, se os professores que atuam nas classes inclusivas estiverem preparados e capacitados. A escola também precisa adaptar-se as necessidades destes, e o envolvimento da família é um fator fundamental para que a inclusão seja consolidada e a criança se desenvolva bem.

A criança com TEA apresenta dificuldades de comunicação, interações sociais, demonstrações de afeto, e quando incluída na sala de ensino regular de uma escola inclusiva, ela poderá se desenvolver melhor, tanto socialmente a partir do contato com outras crianças, como intelectualmente através das práticas pedagógicas inclusivas. Desta forma, compreende-se a importância de tornar as escolas inclusivas.

Segundo Lima (2006, *apud* BRASIL, 2004, p. 30) a transformação da escola não é uma mera exigência de inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência.

Apesar de ser um tema conhecido, ainda existem muitas lacunas sobre o autismo a serem exploradas, e o propósito deste trabalho é preencher algumas delas. O autismo vem sendo considerado pelos educadores um fator preocupante na fase escolar, principalmente no período onde a criança inicia seu contato com a leitura e escrita, pois é necessário que mantenha sua atenção e concentração sustentada, a fim de que os objetivos pedagógicos propostos possam ser alcançados. Nesta perspectiva, apresenta-se como problema da pesquisa a seguinte questão: como se dá a inclusão do aluno autista na turma de 2º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Pessoa?

Para a realização do trabalho, foi desenvolvido um levantamento de material bibliográfico e digital, e realizada uma pesquisa de campo na escola mencionada, com aplicação de questionário com a professora da turma do 2º ano do Ensino Fundamental, que possui um aluno diagnosticado com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Este trabalho apresenta os resultados das leituras e dos estudos de teóricos da área e da pesquisa de campo. A primeira parte do trabalho traz a origem da inclusão, o percurso histórico do autismo, sintomas e diagnóstico do indivíduo autista, o que a lei garante para estes, além de questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem do autista, a inclusão escolar, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15, a prática pedagógica inclusiva e a formação docente. A segunda parte apresenta os procedimentos metodológicos do trabalho, tipo e natureza da pesquisa, universo e sujeitos e instrumentos da coleta de dados. Por fim, são apresentados os resultados e discussões, tendo como base os dados coletados e o suporte teórico de autores como: Cunha (2014), Cavaco (2014) e Ropoli (2010), para ajudar na compreensão de tudo que foi relatado. Estes dados ajudaram a chegar às considerações finais que são apresentadas logo em seguida.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A ORIGEM DA INCLUSÃO

Foi na Europa, mais especificamente nos países nórdicos, a saber: Noruega, Suécia, Dinamarca, Islândia e Finlândia, nos anos de 1960, onde se originou o movimento da inclusão de crianças e jovens com deficiência sensorial nas escolas do sistema regular de ensino, sendo estas acompanhadas por professores formados especificamente para atuar com esse tipo de aluno. (SANCHES & TEODORO, 2006).

Estes países foram os que mais se evidenciaram no atendimento às crianças e jovens com necessidades educativas especiais, ao lado da Itália que, nos anos de 1970, acabou com as escolas de ensino especial e encaminhou todas as suas crianças e jovens para a escola regular. Entretanto, Portugal adotou esta prática parcialmente, uma vez que as escolas especiais continuam a funcionar ao lado da integração da maioria destes alunos nas classes do ensino regular. (SANCHES & TEODORO, 2006).

A partir da integração foi possível que as crianças e os jovens com deficiências fossem retiradas das instituições de ensino especial, para sua normalização, e isto permitiu a posse de um novo espaço, convívio com novas pessoas, socialização e aprendizagem (a escola regular). As práticas pedagógicas foram também levadas das instituições de ensino especial para a escola regular, numa vertente mais educativa, configuradas num programa educativo individual, de acordo com as características do aluno, desenhado e desenvolvido, essencialmente, pelo professor de educação especial. (SANCHES & TEODORO, 2006).

De acordo com Sasaki (1998, *apud* LIMA, 2006), a inclusão e integração são consideradas formas de inserção social, mas que possuem conceitos diferentes. A integração é associada pelo autor aos anos 1960 e 1970 e ao modelo médico adotado na época, que buscava tornar a pessoa apta para satisfazer os padrões da sociedade. Já a inclusão, teve sua prática iniciada na década de 1980, e desenvolvida em 1990, na qual propôs a modificação da sociedade para torná-la capaz de acolher todas as pessoas.

No Brasil, a partir da década de 1950, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) começaram a se proliferar pelo Brasil. A viabilização da criação dessas escolas se dá pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência pode aprender; assim ocorre um deslocamento do modelo médico para um modelo

educacional, porém as escolas especiais funcionavam como serviço paralelo à educação regular.

Na década de 1980, os movimentos sociais se juntam para a elaboração de uma Constituição Federal que incorporasse os desejos que se desenvolviam em relação à educação para todos. Em 1990 no Estatuto da Criança e do Adolescente em seus art. 53 e 54, foi estabelecido todos os direitos educacionais para as crianças e adolescentes. Assim, os educadores especializados brasileiros passaram a fazer amplo uso do conceito de inclusão, sobretudo a partir da Declaração de Salamanca em 1994. Já em 1996, a educação como um direito de todos os cidadãos foi reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96.

O início do presente século pode-se considerar um marco o estabelecimento desses objetivos quanto se trata da escolarização das pessoas com deficiência. Em 2001, com a aprovação da Res. nº 02/2001 CNE-CEB, vê-se, de um lado, o avanço de dispositivos normativos que passam a prever que essa escolarização deva ocorrer necessariamente no ensino comum. No entanto, nessa mesma época, houve diversas iniciativas que visavam à efetivação de políticas de educação em uma perspectiva de ampliação dos sujeitos a serem escolarizados na escola regular. (BAPTISTA, 2011).

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva contribuiu para o destaque da sala de recursos como prioridade no trabalho da educação inclusiva. Neste documento houve a indicação de que o atendimento educacional especializado não deveria substituir, mas complementar ou suplementar, o ensino em classes comuns. (BAPTISTA, 2011).

O direito a uma educação inclusiva foi reafirmado em 2014, através da meta IV do PNE (Plano Nacional de Educação), no qual vê-se a universalização da educação para a população de quatro a dezessete anos. E em 2015 foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) garantindo todos os direitos às pessoas com deficiências.

## 2.2 PERCURSO HISTÓRICO DO AUTISMO

O termo autismo foi usado inicialmente em 1911, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, para descrever mais um dos sintomas da esquizofrenia. Contudo, só a partir

da segunda guerra mundial que o autismo começou a ser tratado como uma patologia diferenciada.

Leo Kanner um psiquiatra austríaco publicou suas primeiras descobertas acerca do autismo, em 1943. Ele realizou um trabalho nos anos 40, intitulado “Autistic Disturbances of Affective Contact”, Neste trabalho Kanner descreve um estudo feito com onze crianças (oito meninos e três meninas), estas onze crianças se destacavam por possuírem algumas características incomuns em relação às demais. (MARFINATI & ABRÃO, 2014).

Algumas das características descritas por ele são: a incapacidade das crianças de se relacionar com pessoas desde o início da vida, incapacidade de estabelecer relações afetivas, dificuldade em responder determinados estímulos, incapacidade de utilizar a linguagem de maneira significativa, graves desordens no desenvolvimento da linguagem (como distúrbios léxicos e sintáticos), e a última característica observada por Kanner foi a necessidade das crianças em preservar a rotina e se manter na mesmice.

Em 1944, Asperger definiu em seu estudo um distúrbio que ele denominou Psicopatia Autística, manifestada por transtorno grave na interação social, uso afetado da fala, inabilidade motora e incidência apenas no sexo masculino. Asperger utilizou a descrição de alguns casos clínicos, caracterizando o histórico familiar, aspectos físicos e comportamentais, desempenho nos testes de inteligência, além de enfatizar a preocupação com a abordagem educacional destes indivíduos. Tanto o trabalho de Kanner, como o de Asperger tiveram impacto na literatura mundial; no entanto, em momentos distintos.

Nas décadas seguintes, o autismo se fortaleceu e passou a ser estudado por muitos pesquisadores, desde a primeira descrição no qual só eram considerados autistas os sujeitos com graves comprometimentos, os conceitos foram sendo alterados e com o passar dos anos foi se ampliando, até chegar ao entendimento que existem graus diferentes de autismo.

Ao longo do tempo, em busca de evidências que justificassem a precocidade das manifestações clínicas, os conceitos teóricos sobre a causa e dinâmica do autismo mudaram gradativamente. Desse modo, em contrapartida à concepção original da causa afetiva e de incapacidade relacional, há as abordagens que buscam uma causa orgânica para o quadro e o caracterizam, prioritariamente, por falhas cognitivas e sociais.

No Brasil, no dia 8 de agosto de 1983, organizado por um grupo de pais, em sua maioria com filhos autistas, fundaram a Associação de Amigos do Autista (AMA), em São Paulo, cujo objetivo era acolher, informar e capacitar famílias e profissionais, para ajudar todas estas que necessitam de apoio. Em 1984, a AMA realizou o “I Encontro de Amigos Autistas”, reunindo médicos, familiares, profissionais e instituições que atendiam crianças com autismo. A partir desse grande exemplo dos pais da AMA, hoje no Brasil há outras instituições preocupadas com a inclusão do indivíduo com autismo na sociedade, segundo Silva (2012, *apud* OLIVEIRA, 2016).

Segundo Marfinati & Abrão (2014), atualmente, de acordo com os manuais psiquiátricos DSM-IV (American Psychiatric Association, 2002) e CID-10 (Classificação estatística internacional de doenças, 2004) o autismo é considerado como Transtorno Invasivo do Desenvolvimento e como Transtorno Global do Desenvolvimento.

### **2.2.1 Sintomas e Diagnóstico**

Pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) possuem dificuldades na comunicação, interação social, imaginação e conseqüentemente problemas comportamentais. A causa do transtorno ainda é desconhecida, e a evolução é muito variável, mas existem evidências de que se trata de um problema biológico e não psicológico.

As crianças com TEA evitam contatos visuais e têm padrões incomuns de expressão facial, também mostram indiferença afetiva ou afetos impróprios e carência de empatia social ou emocional. Elas têm dificuldade em entender o estado emocional dos outros, não compreendem o pensamento a partir das circunstâncias e não compreendem o que as outras pessoas provavelmente estão pensando — o que o autor define como ausência de “teoria da mente”, segundo Frith (1996, *apud* CAMINHA *et al*, 2016).

Os sintomas do autismo variam-se de indivíduo para indivíduo: tem aquelas que falam corretamente, outros que não falam nenhuma palavra; os que aprendem a ler sozinhos e os que têm dificuldades para ser alfabetizados; os que apresentam retardo mental associado e outras com inteligência normal ou acima do normal; os com desenvolvimento motor normal e outras que demoram a andar. Existem os que

têm alguma deficiência associada, e aqueles sem nenhuma outra patologia coincidente. Souza; Souza (2015, p. 2, *apud* DINIZ, 2016) relata que a maioria das crianças apresenta estes sintomas:

Dificuldade de relacionamento com outras crianças; riso inapropriado; pouco ou nenhum contato visual; aparente insensibilidade à dor; preferência pela solidão; modos arredios; rotação de objetos; inapropriada fixação em objetos; ausência de resposta aos métodos normais de ensino; insistência em repetição e resistência à mudança de rotina; ecolalia; recusa colo ou afagos; age como se estivesse surdo; dificuldade em expressar necessidades (usa gesticular e apontar no lugar de palavras), dentre outros.

O transtorno é identificado principalmente em meninos, mas também ocorre em meninas, o diagnóstico costuma-se ser dado até os 03 (três) anos de idade. Porém, alguns pais relatam que seus filhos apresentam um comportamento atípico desde os primeiros meses de vida: não estendem os braços para ir com eles, não olham no rosto, não aconchegam o próprio corpo ao colo da mãe, permanecem calados e quietos na maior parte do tempo, parecem surdos, porque não reagem quando chamados, mas o fazem em resposta a sons especiais como o esfregar de um papel de bala, a música de uma propaganda ou um dado programa de rádio ou televisão. Não é fácil chegar até esse diagnóstico, é necessário toda uma equipe multidisciplinar, área de saúde e educação para que possa observar e analisar o indivíduo.

É importante ressaltar que não existe exame específico para identificar o autismo, o diagnóstico se baseia apenas nos dados clínicos como, histórico e observação do comportamento. Como em alguns casos existem doenças associadas ao autismo os exames complementares são realizados para identificá-las.

Após o diagnóstico, muitas famílias têm sua vida transformada radicalmente, e na maioria das vezes, necessitam de algumas ferramentas e suporte profissional para superar o medo. O mais importante é buscar informações, seja em grupos de apoio, escolas, profissionais especializados ou até mesmo em experiências com outros pais que vivem a mesma situação, mas lembrando sempre que cada caso é único, portanto, o que funciona para determinada criança pode não funcionar para outra. É bom também que os pais insiram a criança com autismo nas rotinas domésticas e esportivas para que a mesma comece a vivenciar experiências sociais



e familiares, lembrando que nem tudo ocorrerá de acordo com a vontade dos mesmos, mas no tempo e espaço que a criança com TEA se sinta preparada.

É muito importante o apoio familiar no diagnóstico de autismo, pois em alguns casos a família tem dificuldade em aceitar esse indivíduo e podem isolar/ignorar esta criança. Em contrapartida, existem casos em que os pais após o diagnóstico, deixam seus filhos totalmente dependentes e sem nenhuma autonomia, o que também não é saudável. Uma criança com TEA tem a capacidade de se desenvolver, aprender e até interagir, é preciso que a sociedade identifique estas potencialidades e estimule a autonomia e o desenvolvimento destes indivíduos, valorizando cada conquista.

### **2.2.2 Lei de Proteção aos Direitos dos Autistas**

No dia 27 de dezembro de 2012, foi sancionada a lei 12.764/12, a lei de proteção aos direitos dos autistas, também conhecida como a lei Berenice Piana. Esta lei é o resultado de uma luta conquistada por uma mãe de um autista, Berenice Piana, que passou por muitas dificuldades e sofreu muito preconceito ao tentar incluir seu filho no ambiente escolar. Esta mãe estudou sobre o caso e criou um projeto que auxiliou na criação da legislação por meio de uma proposta apresentada à Comissão de Direitos Humanos do Senado.

O Art. 1º da lei descreve as características das pessoas com transtorno do espectro autista, sendo aquelas que possuem deficiência persistente e clinicamente comprovada no que se refere à interação social, bem como possuidoras de padrões restritivos e repetitivos de comportamento, com excessiva aderência à rotina e interesses fixos. (VALENTE, 2017).

Esta lei garante os direitos das pessoas com autismo, como direito a saúde, educação, segurança, lazer, integridade física e moral, proteção contra qualquer forma de abuso e exploração, moradia, mercado de trabalho e assistência social. (BRASIL, 2012).

Como também, vê-se em seu Art. 4º, que a pessoa com autismo não será submetida a tratamentos desumanos, não será privada de sua liberdade ou do convívio da família, nem sofrerá discriminação por causa da sua deficiência.

Sabe-se que muitas vezes esses direitos garantidos por lei não são cumpridos, a sociedade ainda traz “pré-conceitos” para tudo que é diferente do

normal, mas, mesmo em meio às dificuldades é importante que todos lutem por seus direitos para que possa se ter uma sociedade mais igualitária.

Entre todos os benefícios que essa lei traz para as pessoas com autismo, destaca-se o direito a ser inserido na sala de ensino regular, como pode-se ver no Art. 7º que “o gestor escolar ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência será punido, com multa de 03 (três) anos e 20 (vinte) salários mínimos”. Quando o aluno é inserido na sala de ensino regular, a lei também assegura ao aluno o direito a ter um acompanhante, “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista, incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012).

Enquanto o aluno com autismo não adquire a autonomia necessária, é importante que ele permaneça sob o auxílio de um profissional capacitado ou um psicopedagogo para que dê suporte ao professor em sala de aula. Na escola inclusiva, é demasiadamente difícil para um único educador atender a uma classe inteira com diferentes níveis educacionais e, ainda, propiciar uma educação inclusiva adequada. Tudo o que for construído no ambiente escolar deverá possuir o gene da qualidade (CUNHA, 2014, p.55)

Desta forma, compreende-se que para um aluno com TEA se desenvolver em uma sala de ensino regular, é preciso uma escola que esteja preparada, um professor capacitado e outros profissionais que possam dar suporte para esse professor.

Pode-se perceber que os autistas adquiriram muitos direitos ao longo dos anos, mais ainda existem algumas lacunas que precisam ser preenchidas, como a capacitação de todos os profissionais do ambiente escolar que o aluno possa ser inserido, pois a formação adequada destes facilitará no desenvolvimento do aluno.

### **2.2.3 O Processo de Ensino Aprendizagem do Autista**

Para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem, e para que aconteça essa aprendizagem da forma adequada, se faz necessário rever os atuais conceitos sobre currículo e programas educacionais (SERRA, 2010).

Para Vygotsky (1995, *apud* LIMA, 2006), os princípios do desenvolvimento humano são os mesmos para todos os indivíduos. Todo ser humano deve ser

educado e todos são educáveis. Na visão do autor, a vulnerabilidade da deficiência não impede a educação, pelo contrário, é uma força que move o sujeito para suas realizações.

Nesta perspectiva, compreende-se que esse ensino deve ser para além de teorias, mas que promova situações onde o aluno interaja com as tarefas propostas de forma dinâmica, de modo que valorize os seus processos e as suas estruturas cognitivas.

É importante ressaltar que a tecnologia pode ser uma aliada neste processo de aprendizagem, como também a música, jogos e brinquedos pedagógicos, tudo que seja de acordo com a idade do indivíduo. Não se pode ensinar um aluno de Ensino Fundamental como se ele estivesse na Educação Infantil, apesar das dificuldades o autista é capaz de desenvolver de acordo com a sua idade e/ou série escolar.

Atualmente, existem alguns métodos que facilitam o processo de aprendizagem do aluno autista, entre eles destaca-se o ABA (Análise Aplicada do Comportamento) e o PECS. O ABA é um método que trabalha o comportamento que tem como objetivo, mudar os comportamentos inadequados por comportamentos positivos.

No ABA, quando a recompensa é utilizada de forma consistente, a criança com autismo tende a repetir a mesma resposta. Nesse sentido, a repetição é algo importante para esse tipo de abordagem. Utilizando a mesma lógica, as ações negativas como as birras, não são recompensadas para que não sejam valorizadas e reforçadas. Desse modo, o comportamento negativo tende a desaparecer, pois não alcança o objetivo. (OLIVEIRA, 2016, p. 34)

O PECS é um sistema de comunicação por troca de figuras, que ajuda as crianças (principalmente as não verbais) a expressar seus desejos como, beber água, ir ao banheiro, comer ou brincar. “Neste método, a criança estimulada oferece ao professor ou responsável por ela, a figura correspondente à ação desejada, facilitando assim, a comunicação entre ambas”. (OLIVEIRA, 2016, p. 35).

Estes métodos foram criados para melhorar o desenvolvimento do autista e devido a sua boa funcionalidade e eficácia tem sido muito utilizado em vários locais.

Dessa forma, pode-se apontar o quanto é essencial que a formação docente seja moldada de forma inclusiva, com base nas necessidades de todos os alunos, sem excluir qualquer que seja, com suas especificidades ou não.

A qualificação profissional permite aos educadores integrar diferentes alunos e trabalhar de forma inclusiva em sala de aula, e dessa forma proporcionar igualdade social, oportunizar a prática da inclusão educacional, ofertar ensino de qualidade para diferentes perfis de crianças e jovens, e possibilitar que mesmo os alunos com necessidades e limitações, possam ultrapassar as barreiras sociais e educacionais, e possam ter um processo de ensino-aprendizagem efetivo e prático, com educação de qualidade ao alcance de todos (DINIZ, 2016).

Porém, entende-se que o aprendizado de qualquer indivíduo começa bem antes da sua inserção na escola. Para Vygotsky (1988, *apud* ROLIM *et al*, 2008), aprendizado e desenvolvimento interagem desde o primeiro dia de vida do indivíduo. Todas as situações de aprendizado que são interpretadas pelas crianças na escola já têm uma história prévia, isto é, a criança já se deparou com algo relacionado do qual pode tirar experiências.

### 2.3 INCLUSÃO ESCOLAR

Segundo Obadia (2016), o autista pode frequentar uma escola de ensino regular, dependendo do grau de sua deficiência, mas para isso é necessário que ocorra ajustes no quadro de professores, psicólogos, terapeutas e os demais profissionais atuantes na instituição de ensino. Porém, os pais também podem optar por uma escola especial como única ou no contraturno da escola regular.

A escola regular se torna inclusiva quando entende as diferenças dos alunos. Produzir um ensino para todos é um dever a ser assumido por toda comunidade escolar, em torno de uma proposta que é comum a todos da escola e construída por cada um deles.

Diante disso, sabe-se que a criança pode ser inserida numa escola regular, mas é preciso analisar se esta escola estará preparada para essa criança. Se essa criança vai ter todo apoio que precisa para desenvolver ao máximo suas potencialidades. Compreende-se que é um desafio a inclusão da criança autista na escola de ensino regular, mas isso não significa que esta inclusão não deva acontecer.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso

de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. (RAPOLI, 2010, p. 9).

Deste modo, os alunos que possuem alguma deficiência e que são incluídos em escolas regulares, precisam de um ensino mais adequado que se ajuste às suas necessidades, ou seja, apenas matriculá-los não é o suficiente e existem leis e documentos que dão suporte à inclusão para que seja feita de forma competente e eficaz. Como a Lei de Diretrizes e Bases, Lei n. 9.394/96, no Art. 58, afirma que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.  
 § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.  
 (BRASIL, 1996)

Diante disso, percebe-se que a lei assegura a estas crianças todo um suporte, mas o importante é que no dia a dia, essas leis sejam colocadas em prática. Pois, a inclusão é uma luta das pessoas com deficiências e seus familiares ao longo dos anos, tentando sempre buscar seus direitos e lugar na sociedade.

A inclusão de uma criança com deficiência na escola comum é uma forma favorecer o seu desenvolvimento, estimular a sua capacidade e habilidades sociais, também é uma forma de ensinar as demais crianças a conviver e entender as diferenças. Nesta direção, considera-se que:

[...] A criança com necessidades especiais não é uma criança ontologicamente deficiente, porém uma criança como todas as demais, com particularidades definidas na sua aprendizagem. Não é uma criança marcada pelo déficit, porém alguém que reúne uma série de atributos que podem pesar favoravelmente para uma aprendizagem significativa e eficaz (BEYER, 2005, p. 17).

Mas, para que a aprendizagem dessas crianças seja desenvolvida é necessário que ocorra uma verdadeira inclusão, e não apenas uma integração na sala de aula de uma escola regular.

Por meio da integração, o aluno tem acesso à sala de aula de uma escola regular, cujo objetivo é inserir aqueles que anteriormente foram excluídos. Porém,

apenas a integração não oferece ao aluno oportunidades para que ele possa aprender e se desenvolver, já as escolas inclusivas propõe um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. Para Lima,

Tanto a integração quanto a inclusão são formas de inserção social, mas enquanto a primeira trata as deficiências como problema pessoal dos sujeitos e visa à manutenção das estruturas institucionais, a segunda considera as necessidades educacionais dos sujeitos como problema social e institucional, procurando transformar as instituições (LIMA, 2006, p. 24).

Ou seja, na integração é o aluno que tem que se adaptar à escola e buscar alternativas para se integrar, já na inclusão é necessário que a escola se modifique e se prepare para receber todos os alunos, inclusive os que apresentam alguma deficiência.

#### 2.4 LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO Nº 13.146/15

A Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146 foi sancionada no dia 06 de julho de 2015. Esta lei afirma em seu Art. 1º que está destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a inclusão social e cidadania. (LBI – Lei n. 13.146/15).

No decorrer da leitura deste decreto, pode-se observar que, por lei, são garantidos muitos direitos às pessoas com deficiência, mas que muitas vezes são desrespeitados. Como por exemplo: acessibilidade em lojas, shoppings, restaurantes, transportes públicos e às vezes nas próprias escolas.

Também se vê no decreto, que as pessoas com deficiência devem ter direito a empregos, podem se casar, ter filhos e conviver em família e comunidade. A pessoa com deficiência também tem direito a atendimento prioritário, saúde, habilitação e reabilitação, educação, moradia, e todos os direitos que qualquer pessoa possui.

Sobre a educação, as pessoas com deficiências, não podem ter esse direito negado e a escola de ensino regular deve estar aberta para receber estes alunos.

A educação deve ser de qualidade e que garanta que o indivíduo alcance o máximo de desenvolvimento possível, também é necessário que existam recursos

que permitam a inclusão e eliminem barreiras para que tenha acesso à educação durante toda sua vida. A lei também assegura o Atendimento Educacional Especializado para que ao aluno seja garantido ter pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, e possa conquistar autonomia.

Diante de tudo isso, compreende-se que todos têm o direito à educação assegurada por lei, e uma educação de qualidade, a qual é dever do estado, família e sociedade garantirem essa educação para um aluno deficiente, de forma que ele seja inserido na sociedade de maneira igual e possa desenvolver suas habilidades ao máximo.

## 2.5A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Do ponto de vista pedagógico, os professores e toda equipe multidisciplinar devem estar preparados para receber um aluno autista. Precisam ter formação na área de educação especial e desenvolver técnicas de ensino e aprendizagem para a inclusão do autista no contexto escolar.

Sabendo que o autista possui dificuldades na área de comunicação, interação e imaginação, o educador deve ter consciência que ele aprende de forma diferenciada, por isso, é importante conhecer como se dá o processo de aprendizagem da criança com espectro autista. Logo, conhecer a fundo cada aluno que apresente o espectro autista, suas peculiaridades, modo de ser e de agir, é fundamental para se traçar um plano pedagógico assertivo no decorrer da escolarização do mesmo.

Por isso, se faz tão importante a participação da família nesse processo de ensino e aprendizagem, ela que apresentará à escola e ao professor esta criança, seus comportamentos, gostos e peculiaridades. Os pais também poderão ajudar na rotina da criança, realização de atividades e será a ponte entre a criança e escola.

A criança com TEA possui condições para desenvolver a aprendizagem, mesmo que tenha distinções no processo de funcionamento mental, mas para que isso aconteça é necessário reorganizar conceitos acerca do currículo, no qual privilegie o desenvolvimento das crianças consideradas normais e também os que têm alguma dificuldade especial.

Rotta (2016), diz que os professores quando identificarem a dificuldade de aprendizagem em seus alunos deve priorizá-los nos melhores lugares na sala de

aula, dando preferência para que sentem nas cadeiras da frente, auxiliando-os sempre que possível, para que se possa aprimorar as condições de desenvolvimento e aprendizagem.

Diante disso, entende-se que o aluno com TEA pode se desenvolver juntamente com sua turma, só é necessário que o professor conheça suas dificuldades e limitações para trabalhar de forma diferenciada com esse aluno, para que assim ele supere as dificuldades em sala de aula, seja na atenção reduzida ou na impulsividade.

Contudo, de acordo com Seabra (2012), o professor deve focar no aluno e não nas suas limitações. A escola deve estar preparada para o aluno e suas especificidades ou dificuldades, para interagir e garantir o crescimento do mesmo, e também, oferecer mecanismo de apoio e de aprimoramento ao desenvolvimento do sujeito.

Mas, para que o professor consiga trabalhar com esse aluno de modo que não prejudique sua educação e desenvolvimento, se faz necessária a qualificação deste, e essa qualificação pode ser desenvolvida através de cursos, palestras, leituras e pesquisas. Para Peterson,

Em relação à preparação de professores, os programas de inclusão não podem ser bem sucedidos em escolas públicas se ambos, professores de educação geral e especial não forem capacitados para implementar programas de ensino colaborativo e inclusivo na educação geral para alunos com deficiência. (PETERSON, 2006, p. 8)

Entende-se que é necessário que a criança com TEA tenha um apoio multidisciplinar de toda uma equipe capacitada, envolvimento da família e uma escola preparada, pois, apenas a criança frequentar a escolar regular e/ou professor realizar um trabalho isolado, não garantirá o êxito educacional da criança, e também, não é definido como inclusão.

## 2.6 FORMAÇÃO DOCENTE

Ao se falar sobre as práticas inclusivas, precisa-se refletir acerca da formação docente. Até certo momento na história da educação, apenas professores que possuíam interesse pela Educação Especial é que se dirigiam para essa formação



específica. Hoje, a inclusão chegou às escolas e todos os professores precisam ter conhecimentos nessa área, e a solução encontrada para tal, é formação continuada.

Em 2003, com a instituição do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, a formação continuada ganhou força. O objetivo do programa é disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, de acordo com Caiado; Laplane (2009, *apud* GARCIA, 2013). Por outro lado, também se precisa pensar nos professores em formação, será que os cursos de licenciatura os preparam para uma sala de aula com aluno com alguma deficiência? Algumas vezes essa realidade é apresentada ao discente em estágios, no entanto, essa formação ainda é falha.

Para Silva (2012), devido esta realidade vivida no meio educacional inclusivo, os professores se desgastam e se esgotam por ter de lidar com vinte a trinta alunos dentro da sala de aula e ainda se preocupar com um aluno com deficiência. Ainda segundo o autor, “além do preparo técnico e pedagógico, os professores precisam de suporte psicológico e uma boa relação com as famílias para lidarem com os desafios da inclusão” (SILVA, 2012, p.112). A formação acadêmica dos professores deve ser pensada de modo a contribuir para que desenvolvam uma prática pedagógica mais concentrada e vinculada, ética e politicamente dentro das exigências do contexto atual. Vitaliano (2007, *apud* TAVARES *et al*, 2016).

Para Oliveira (2016), quando alguns cursos de licenciatura deixam de dar ênfase aos assuntos atuais, e deixam tais como disciplinas optativas, a base do professor se torna insuficiente e os tornam inseguros para enfrentar as diversidades que se encontra nas salas de aula. Quando atuantes, os professores se deparam com as diferenças de uma sala de aula regular, no referente à heterogeneidade e a inclusão.

Todos os educadores deveriam ter uma formação especializada, assim, melhoraria os problemas da implementação da educação inclusiva, quando os cursos apresentam conteúdos teóricos distantes das práticas pedagógicas, os profissionais não são habilitados para lidar com as necessidades da sala de aula. Pois, quando o professor está despreparado o processo de ensino e aprendizagem do aluno é dificultado.

Apesar de debates e estudos acerca de temas inclusivos na formação dos docentes, para estes, atuar com pessoas com deficiência ainda traz muita

insegurança. É preciso que as formações em licenciaturas sejam mais completas e ajude esses profissionais com a demanda de uma sala de aula inclusiva, caso contrário, a sala de aula terá um aluno com deficiência integrado, mas a inclusão não acontecerá.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 TIPO E NATUREZA DA PESQUISA**

O presente trabalho teve por objetivo geral investigar a inclusão do aluno autista na sala de ensino regular de uma escola da rede pública estadual de ensino de João Pessoa. Com esta finalidade, procurou-se criar uma base de conhecimentos a respeito do assunto, considerando o papel dos professores como essencial nesse processo.

Para atingir o objetivo da pesquisa, foi realizado um levantamento de material bibliográfico e digital, a fim de subsidiar teoricamente o trabalho e uma pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa, a fim de trazer as informações necessárias sobre o tema abordado.

Segundo Cunha (2001), o levantamento bibliográfico permite encontrar informações relacionadas ao tema de uma pesquisa. Foram selecionados textos de artigos científicos e de livros de teóricos e autores da área alvo da pesquisa.

A pesquisa de campo, segundo Gil (2008, p. 55), se caracteriza por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas para captar as explicações e interpretações que ocorrem naquela realidade.

#### **3.2 CAMPO EMPÍRICO: O UNIVERSO E OS SUJEITOS DA PESQUISA**

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Pessoa, que fica localizada na Av. Beaurepaire Rohan, 149, CEP: 58010-000, no centro de João Pessoa.

A escola dispõe de cinco salas de aulas, uma secretaria, um refeitório, pátio, quadra de esportes e biblioteca, mas a escola está em reforma, então a quadra está impossibilitada para uso.

Essa escola é composta por uma equipe de professores, gestores, psicopedagogos e aproximadamente 200 alunos, e atende as crianças das comunidades próximas.

Todas as salas têm uma professora e têm as cuidadoras das crianças com deficiência, e uma equipe de apoio que ajuda todas as crianças na hora de ir ao banheiro e beber água. Todas as professoras da escola são formadas, e a escola

dispõe de uma supervisora pedagógica, que desenvolve trabalhos pedagógicos para as crianças que tem dificuldades na aprendizagem.

Na escola há um Projeto Político-Pedagógico que foi elaborado juntamente com os pais, professores, gestores e funcionários da mesma. O projeto é pautado na LDB.

Uma vez por mês, todas as professoras se reúnem e fazem o planejamento das aulas. A escola disponibiliza de materiais didáticos, como, brinquedos pedagógicos, livros, DVD e televisão.

O intuito desta pesquisa foi investigar como se dá a inclusão do aluno autista na turma do 2º ano A, da Escola Antônio Pessoa.

Os sujeitos considerados nessa investigação foram constituídos pela professora da sala e o aluno com autismo, os quais possuem uma grande relevância quando dentro desta temática, que se trata de um transtorno de desenvolvimento que compromete as habilidades de comunicação e interação social.

### 3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os recursos mais usados na pesquisa qualitativa são as entrevistas semi estruturadas ou questionários com questões abertas e observação em campo, pois estes instrumentos são apropriados para aprofundar conhecimentos para depois analisá-los a luz dos referenciais pesquisados na pesquisa bibliográfica (RICHARDSON, 1999).

Neste estudo, foram realizadas observações em campo que ocorreram no período de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, e também foi aplicado um questionário com a professora da sala observada. Este questionário foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa para que pudesse alcançar e responder a problematização proposta.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da observação feita na sala de aula, e da aplicação do questionário com a professora da turma do 2º ano A, do Ensino Fundamental da Escola Antônio Pessoa, foram obtidos resultados acerca da inclusão do aluno autista na sala de ensino regular.

Na observação, vê-se que o aluno com TEA realiza atividades diferenciadas dos demais alunos, o mesmo apresenta um bom comportamento na sala de aula e tem prazer em realizar as atividades propostas pela professora, apesar de que ainda não possui total autonomia para executá-las, então conta com o apoio da cuidadora. Nos momentos de jogos, brincadeiras ou na hora do intervalo o aluno é incluído juntamente com seus colegas, e é bem acolhido por toda comunidade escolar. Devido à pandemia do novo Coronavírus não foi possível observar o período de avaliações, e os métodos utilizados para avaliar esse aluno com TEA. Entretanto, de acordo com o que foi observado sabe-se que o aluno tem tido uma boa assistência em seu ambiente escolar.

O questionário foi aplicado virtualmente, após as observações, no qual inicialmente busca obter informações sobre o perfil pessoal, acadêmico e profissional da professora.

A professora possui o Curso de Pedagogia, o que significa que está legalmente credenciada para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, sabe-se que o Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, ainda tem suas falhas no seu processo de formação do futuro professor, pois ao escolher uma área de aprofundamento que não seja a Educação Especial, automaticamente as disciplinas e estágios dessa área se tornam optativas e, dessa forma, durante todo o curso, o aluno só irá cursar uma disciplina chamada de Educação Especial com carga horária de 60h, onde é apenas teoria e não tem oportunidade de contato com a realidade das salas de aulas.

Diante disso, percebe-se que ainda há falhas no sistema de ensino de formação docente. Mas, apesar das dificuldades, o professor é capaz de buscar conhecimentos e aprender sobre seus alunos, pois a vida do aluno é grande recurso para aprendizagem e formação do professor.

A professora também possui Especialização em Psicopedagogia. Esta é uma área direcionada ao estudo do indivíduo, com o objetivo de decifrar o que

acontece com ele durante o processo de construção do conhecimento. Então, o aluno que tem dificuldade em aprender, pode encontrar no professor que tem também essa formação, alternativas de métodos e de atividades que o faça compreender o conteúdo com mais facilidade.

Com relação à formação continuada, e professora realizou cursos de capacitação sobre inclusão e sobre autismo. Destaca-se a importância que a escola deve dar ao seu corpo docente oferecendo a oportunidade de todo professor buscar atualizar seus conhecimentos para melhor desenvolver suas atividades, notadamente diante de uma sala regular que tem aluno com deficiência.

A mesma exerce a profissão há 40 anos, e apenas há dois anos se encontra nessa turma do 2º ano do Ensino Fundamental. Sabe-se que com 40 anos de profissão, a professora se encontra no fim de carreira. Segundo Huberman (1999), no final da carreira o professor poderá viver um desinvestimento, que pode acontecer de forma positiva ou negativa, esse desinvestimento é reflexo da libertação do tempo investido no trabalho, e um maior investimento em interesses fora da escola. Então, quando um aluno autista é inserido sala de um professor que se encontra nesta fase de sua carreira, traz novos desafios, que quando são vistos de forma positiva ajuda o professor, pois o incentiva a continuar aprendendo, se atualizar, se capacitar e desta forma melhorar seus métodos de ensino para todos os alunos.

Na sua turma possui 17 alunos matriculados, porém apenas 15 frequentam as aulas. Desses 15 que frequentam, 4 são crianças com dificuldades na aprendizagem, onde apenas 1 tem laudo, ele é autista. Tornar esta sala de aula inclusiva é um desafio, além de possuir um aluno diagnosticado com autismo, mais três crianças possuem dificuldades na aprendizagem, as quais os pais não aceitam, não se envolvem, e não buscam ajuda, e isto torna o trabalho da professora mais complicado, pois sem ter um diagnóstico específico, é mais difícil trabalhar de acordo com a necessidade de cada uma delas.

Em uma cultura que, cada vez mais, valoriza a escolarização, enfatizando que lugar de crianças e adolescentes é na escola, seja por teorias, seja pela legislação, o não aprender comove e angustia, gerando tensões emocionais em adultos que convivem com a criança que apresenta dificuldades. (CRUZ, 2007, p. 11)

Nesse contexto, entende-se a necessidade de conhecer os motivos que dificultam a aprendizagem das crianças, pois só assim o professor poderá trabalhar de modo que ajude o aluno a atingir suas potencialidades máximas.

Em seguida, o questionário procura coletar os dados relativos à sua prática docente diante de uma sala regular de ensino com um aluno autista. A primeira pergunta foi voltada para a reação dela ao saber que na turma havia um aluno autista. Foram dadas cinco alternativas de resposta e ela marcou “Ficou insegura por ter preparação teórica, mas não ter vivência prática”. Uma escola que, por lei, é obrigada a aceitar alunos com uma deficiência, precisa garantir que todos os profissionais que nela atuam estejam preparados para esses alunos serem atendidos conforme todo o processo inclusivo a que se propõe, a fim de que eles não se sintam segregados, mas sim, acolhidos. Um aspecto positivo da resposta é ter a preparação teórica, pois sem ela o trabalho poderia ser em vão. Segundo Cunha (2014), o educador não deve temer diante daquilo que não conhece e diante das dificuldades que ainda não fizeram parte da sua experiência. Com sensibilidade e observação atenta das reações que se apresenta, o professor poderá superar os problemas.

A segunda pergunta reforçou a resposta anterior, pois se referia, a saber, se a professora tinha conhecimento teórico sobre o autismo, com apenas duas alternativas, sendo marcada a que continha a palavra sim. Aqui se reforça o quanto é importante o professor ter conhecimento teórico sobre o que é o autismo e como hoje em dia há facilidade de se encontrar material adequado e específico sobre o assunto. Estudos apontam para o fato de que o autismo não se dá apenas de uma forma.

Diversas crianças diagnosticadas com Autismo podem não apresentar todos os sintomas característicos da deficiência até hoje identificados. Assim, muitas crianças podem evitar completamente o contato visual, enquanto outras crianças podem apresentar dificuldades menos acentuadas e não tão perceptíveis outras mais calmas e isoladas, outras hiperativas desenvolvendo diversas estereotipias (CAVACO, 2014, p. 42).

Como desdobramento dessa segunda pergunta, procurou-se saber como ela fazia para o aluno aprender. Diante de quatro alternativas, ela marcou “Elabora atividades diferenciadas para ele”.

A criança autista necessita realmente que sejam respeitadas suas limitações. Ela apresenta, de maneira geral, falta de reação a dor e a sons, é incapaz de

reconhecer situações perigosas, tem dificuldade de se relacionar com outras pessoas e tem alterações de comportamento. Se a professora for observadora, acompanhar seu aluno autista dia a dia, e perceber que atividades o atraem e, principalmente, se estabelecer uma rotina, as reações serão de aceitação do que está sendo proposto, haja vista que qualquer mudança provoca o aparecimento de comportamentos inesperados. Planejar atividades compatíveis com a capacidade de realizá-las é o que a literatura indica. Para Ropoli,

Para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem, e isso traz a necessidade de rever os nossos conceitos sobre currículo. Este não pode se resumir às experiências acadêmicas, mas se ampliar para todas as experiências que favoreçam o desenvolvimento dos alunos normais ou especiais. Sendo assim, as atividades de vida diária podem se constituir em currículo e em alguns casos, talvez sejam “os conteúdos” que serão ensinados (ROPOLI, 2010, p.90).

O aluno autista aprende da sua forma peculiar, no seu tempo e ritmo. “Haverá conquistas e erros, muitas vezes mais erros do que conquistas, mas o trabalho jamais será em vão” (CUNHA, 2014, p. 30). O mais importante é perceber o desenvolvimento, o progresso da evolução intelectual dele. Escolher atividades apropriadas é um desafio permanente no trabalho da professora, pois em uma sala com uma diversidade de alunos, que apresentam uma variedade de dificuldades, propor atividades que envolvam a todos e permita que todos consigam aprender, é difícil. Por isso, se faz necessário que o professor tenha uma boa formação e busque sempre novos conhecimentos, para que a cada dia se torne mais preparado para trabalhar com salas de aula cada vez mais heterogêneas.

Vale ressaltar que, quando o professor consegue inserir no conteúdo escolar, assuntos do interesse do aluno autista, o aprendizado, a motivação e o tempo de atenção do mesmo, melhoram bastante. Desta forma, compreende-se que o processo de ensino e aprendizagem de um aluno autista requer do professor, conhecimentos específicos, paciência, estratégias e práticas pedagógicas, e requer da escola um currículo e programas educacionais apropriados, para que esse aluno possa se desenvolver da melhor maneira.

Outro desdobramento da segunda pergunta foi para saber como a professora fazia a avaliação desse aluno e diante de quatro alternativas, marcou “Aplica um instrumento de avaliação diferenciado”.



O ensino regular propõe métodos e técnicas de avaliação onde presume uma sala de aula homogênea, porém, sabe-se que a realidade nas escolas é o oposto. Cada aluno aprende de uma forma e no seu tempo, e quando fala-se de um aluno autista, essa variação é ainda maior.

Na escola inclusiva, o método de avaliação deve levar em conta a especificidade de cada aluno, ou seja, preparar recursos que proporcione o desenvolvimento dos alunos que não são alcançados pelos métodos convencionais.

A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas. (ROPOLI, 2010, p.8)

Deste modo, entende-se que o aluno autista deve ter seu processo escolar avaliado de acordo com sua capacidade, entretanto essa avaliação não pode ser feita com base no diagnóstico do indivíduo, ou na comparação dele com os demais alunos, pois essa prática limita as potencialidades do mesmo. (FERREIRA, 2015).

Para Beyer (2001, *apud* FERREIRA, 2015), o autor aponta quatro paradigmas para avaliar o aluno com deficiência, mesmo havendo uma separação entre eles, o processo não acontece de forma simples, mas há a coexistência entre vários ao mesmo tempo. O primeiro paradigma apontado pelo autor é o clínico- médico, no qual o laudo e a deficiência do sujeito, direciona as decisões, atitudes e também a avaliação de aprendizagem do mesmo, limitando-o. O segundo paradigma é o sistêmico, em que a avaliação do aluno é orientada através dos padrões pré-estabelecidos no sistema escolar, ou seja, se o aluno não tiver um bom desempenho o sistema busca respostas. O terceiro paradigma é o sociológico, no qual volta-se para o grupo social em que o sujeito está inserido, assim realçando os estereótipos, rótulos e estigmas sociais. O quarto e último paradigma é o crítico-materialista, que coloca a deficiência como uma inaptidão produtiva do sujeito.

Diante disso, compreende-se que esses quatro paradigmas são diferentes formas de avaliar um aluno com deficiência, porém estas práticas não têm contribuído de maneira eficaz na avaliação, pois elas apontam o déficit como se não fosse necessária uma qualidade na educação, e que este aluno possui um potencial limitado.

Quando se fala em educação inclusiva, é preciso dar um novo sentido à avaliação, ela deve deixar de ser uma prática que seleciona e discrimina os alunos, e ser uma forma de garantir o aprendizado de todos, através de estratégias que incentive o avanço dos mesmos. Pois, a avaliação se torna inclusiva quando se é permitido identificar as necessidades dos alunos, de suas famílias, das escolas e dos professores, porém, apenas identificar não é o suficiente, é preciso criar propostas e tomar providências que permitam concretamente satisfazê-las, de acordo com Brasil (2006, p.9 *apud* FERREIRA, 2015).

A terceira pergunta se referia ao comportamento dos demais alunos em relação ao aluno autista, dentre quatro alternativas a professora assinalou “aceitam e o inclui no grupo, nas atividades e nas brincadeiras”.

Deste modo, percebe-se a importância da inclusão, nas atividades, brincadeiras, currículo, que tudo que seja proposta no dia a dia pelo professor, possa envolver e alcançar todos os alunos de maneira igual. Sabe-se que o processo de aprendizagem de cada indivíduo acontece de um modo diferente, mas quando todos os alunos são incluídos nas aulas de acordo com suas necessidades, todos vão alcançar ao máximo suas potencialidades.

A inclusão do autista na escola regular também é uma oportunidade dele se desenvolver socialmente, pois quando ele está na sala com outros alunos e estes o incluem nas atividades, pode-se ver esse crescimento, sabe-se que não é fácil, e o resultado vem aos poucos, mas é possível.

Segundo Carvalho; Tavares (2011, *apud* DINIZ 2016), para que seja alcançada a participação igualitária e absoluta das pessoas com deficiência, é preciso que a sociedade se adeque a estas pessoas, assim como a escola e a família. Precisa-se compreender não se pode adaptar as pessoas à sociedade, e, sim, adaptar a sociedade às pessoas.

Como exemplo disto, entende-se que quando os demais alunos da sala incluem o aluno “diferente” em seu grupo, eles estão se adaptando a este sujeito, pois apesar de sua diferença foi inserido no grupo, e isto contribui de forma positiva para todos, pois despertará neles atitudes de solidariedade e igualdade na escola onde o indivíduo é orientado a trabalhar suas atitudes diante a sociedade.

Na sequência, quando questionada sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a professora afirmou ter conhecimento sobre a mesma. Sabe-se a importância de todos e em especial o professor ter conhecimento

sobre as leis, especialmente as que dizem respeito à inclusão, quando se convive diariamente com aqueles que lutam para terem seus direitos respeitados.

A Lei Brasileira de Inclusão garante todos os direitos às pessoas com deficiência, direitos que qualquer pessoa possui, como moradia, saúde e educação. Além disso, garante acessibilidade, adaptações razoáveis e que nenhuma escola rejeite o aluno independente de sua deficiência. Pois, como se vê no art. 4º da lei, todos têm direito a iguais oportunidades, sem sofrer discriminações. Entretanto, entende-se que mesmo com as leis garantido tudo isso, na realidade muita coisa ainda precisa ser mudada e colocada em prática, e o dever, como pessoas e profissionais da educação, é lutar para que haja ainda mais melhorias e para que as leis sejam cumpridas.

Em seguida, mediante a questão “o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola determina metas e objetivos para inclusão dos alunos com deficiência?”, entre as duas alternativas propostas, a professora respondeu “sim”.

Para que seja eficaz, a inclusão tem que envolver a colaboração entre professores especializados, professores da educação regular, gestores escolares, funcionários, alunos, famílias e comunidade. A inclusão é baseada na compreensão que o ensino para alunos com deficiência deve ser desenvolvido em torno de suas habilidades e não de suas deficiências, segundo Friend; Bursuck (2002, *apud* PETERSON, 2006).

É necessário compreender que o professor sozinho não pode tornar uma escola inclusiva, portanto é preciso que toda escola seja adaptada para receber qualquer aluno. O PPP da escola é muito importante, pois determina metas e objetivos que possam ser cumpridas para melhor educação de todos. Para que esse documento possa ser eficiente e inclusivo, é importante que toda comunidade escolar participe da sua construção, pais, alunos, professores e funcionários. Quando o PPP é elaborado e definido por um coletivo escolar, ele aponta as particularidades do grupo que o produziu. (RAPOLI, 2010).

O caráter coletivo e a necessidade de participação de todos é inerente ao PPP, pois ele não se resume a um mero plano ou projeto burocrático, que cumpre as exigências da lei ou do sistema de ensino. Trata-se de um documento norteador das ações da escola que, ao mesmo tempo, oportuniza um exercício reflexivo do processo para tomada de decisões no seu âmbito. (RAPOLI, 2010, p. 12).

Diante disso, compreende-se que a inclusão não deve ser apenas colocar os alunos com autismo nas escolas de ensino regular, e sim, em que esses sejam vistos como parte da escola, sendo recebidos por profissionais capacitados, em uma escola que cumpre as leis, oportuniza aprendizagem e que esteja adaptada para os mesmos.

Na sexta pergunta, “na escola existe sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou espaço destinado aos alunos com autismo, com recursos didáticos para facilitação do trabalho docente no processo de ensino e aprendizagem?”, entre as duas opções propostas, a professora marcou a resposta “sim”.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE, geralmente é realizado nas salas de recursos multifuncionais. Essas salas são organizadas com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento ao público alvo da educação especial, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, em turno contrário à escolarização. É um dispositivo previsto na Educação Especial brasileira, mas que foi pouco utilizada até meados da primeira década deste novo século. Para Mazzotta (1982, *apud* BAPTISTA, 2011),

A sala de recursos, como o ensino itinerante, é uma modalidade classificada como auxílio especial. Como o próprio nome diz, consiste em uma sala da escola, provida com materiais e equipamentos especiais, na qual um professor especializado, sediado na escola, auxilia os alunos excepcionais naqueles aspectos específicos em que precisam de ajuda para se manter na classe comum. (p. 48).

Ainda segundo o autor, a função do professor nessa sala é dupla, pois além de ter uma ação direta voltada ao aluno, tem que ter também uma ação indireta recebendo orientações e dando assistência aos professores da sala regular.

Mediante as palavras desse autor, compreende-se a importância do atendimento educacional especializado, para aquelas crianças matriculadas na sala de ensino regular. E como se vê acima a Lei Brasileira de Inclusão garante ao aluno o direito de ter esse atendimento. Mesmo que o aluno estude numa escola de ensino regular que não dispõe deste atendimento, ele tem o direito de ser atendido em outra escola que ofereça o serviço.

Para um melhor resultado no desenvolvimento do aluno, o ideal é que o professor do atendimento especializado e o professor do ensino regular trabalhem juntos, descobrindo maneiras para que o aluno supere suas dificuldades, seja nos assuntos escolares, ou na sua autonomia e desenvolvimento pessoal. Infelizmente, o que acontece muitas vezes é que o professor da sala regular, ver o professor do atendimento especializado como aquele que vai derrubar sozinho as barreiras para que o aluno com dificuldade possa aprender, para que assim ele possa dar sua aula como se todos seus alunos aprendessem de forma homogênea.

Os professores comuns e os da Educação Especial precisam se envolver para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, compartilhando um trabalho interdisciplinar e colaborativo. As frentes de trabalho de cada professor são distintas. Ao professor da sala de aula comum é atribuído o ensino das áreas do conhecimento, e ao professor do atendimento especializado cabe complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular. (RAPOLI, 2010, p. 19).

Deste modo, compreende-se que apesar da diferença no trabalho do professor da sala regular e o do professor do atendimento especializado, se faz necessário o envolvimento de ambos para estabelecer e alcançar objetivos, e assim, promover ao aluno o desenvolvimento máximo de suas potencialidades.

Em seguida, perguntou-se se o aluno tem o atendimento de um cuidador, entre as duas opções, a professora respondeu “sim”.

Sabe-se que entre os benefícios trazidos pela lei nº 12.764/12, destaca-se o direito a um acompanhante especializado. No Art. 2º, a lei esclarece que em casos comprovados de necessidade especial, em pessoa com transtorno do espectro autista seja incluída nas classes de ensino regular, tendo o direito a um acompanhante especializado (BRASIL, 2012, Art. 2º).

Em muitos lugares do Brasil, esse acompanhante garantido por lei para os alunos com deficiência, assumiu a nomenclatura de “cuidador” e infelizmente esse “cuidador” não exerce o papel que deveria. Para Cunha (2014) o Acompanhante Especializado, como o nome diz, é um profissional especializado no assunto ou com a formação em psicopedagogia, ou seja, não poderia ser qualquer pessoa. Entretanto, no Brasil, a maioria dos cuidadores são pessoas sem especialização, formação ou graduação na área. Na Paraíba, segundo informações obtidas durante os estágios curriculares, a maioria delas possui apenas o ensino médio, e algumas

vezes as redes de ensino, promovem formação em serviço, oferecida pelo estado ou órgão responsável.

Deste modo, percebe-se que quando a escola dispõe de um acompanhante despreparado, está desobedecendo ao que garante a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), esta lei garante que todos tenham o acesso à educação, com currículos, métodos, técnicas e recursos educativos, para atender as suas necessidades. Para Cunha,

O aluno com Autismo não é incapaz de aprender, mas possui uma forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer – lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele recebe (2014, p.68).

Por isso, é importante que o aluno autista tenha seu direito respeitado, e possa ser acompanhado por profissionais preparados, para que ele possa ter um bom desenvolvimento, não somente no aprendizado escolar, mas também no comportamento, nas interações sociais e nas dificuldades do dia a dia.

Na sequência, para a pergunta “você como professora, acha que seu curso de licenciatura lhe preparou pedagogicamente para incluir o aluno autista, garantindo a ele o acesso ao conhecimento de forma igual aos demais alunos?”, entre as duas opções sugeridas a professora respondeu “não”.

Infelizmente, até hoje a formação especializada só é exigida para professores das salas de recurso multifuncionais e atendimento educacional especializado. Deste modo, muitas vezes os professores de ensino regular chegam à sala de aula com pouco ou nenhum conhecimento sobre educação inclusiva.

As necessidades e limitações do aluno são observadas pelo professor durante o processo de desenvolvimento, então, quando estes profissionais são qualificados podem auxiliar os alunos a superarem suas dificuldades e desenvolver novas habilidades e novas possibilidades de aprendizagem (DINIZ, 2016).

Desta forma, percebe-se a importância da formação docente ser proposta de maneira inclusiva, no qual o professor será capaz de atender seus alunos de maneira igual, de acordo com as especificidades de cada um.

O professor em sua relação com o aluno conduz a apreensão dos significados tomados como também dos conceitos elaborados, além de fazer uso de instrumentos e da própria linguagem em seu processo de

ensino-aprendizagem tornando o conhecimento mais acessível. Ele atua como um agente de mediações entre o contato de seu aluno e a cultura que é desenvolvida na relação com os outros, proporcionando aquisição de conhecimentos a partir de circunstâncias diversas que geram a compreensão significativa. Orrú (2008, p. 07, *apud* DINIZ, 2016)

Nesse contexto, entende-se que para o professor ser um mediador para seu aluno, principalmente os que apresentam algum transtorno, é preciso preparação, planejamento e qualificação. Pois, como o professor vai trabalhar com seu aluno sem compreender o que se passa com ele.

Mesmo com todos os obstáculos na formação do professor, e na inclusão escolar de um aluno com transtorno ou deficiência, sabe-se que algumas atitudes podem ser tomadas pelo professor, escola, gestores, para que possa melhorar a qualificação destes profissionais e tornar mais fácil a inclusão para estes alunos, como formação continuada, mudança no planejamento das aulas, na metodologia de ensino e no ambiente escolar, tornando-o mais acessível.

Por fim, entre as quatro alternativas sobre as práticas utilizadas para incluir o aluno autista na rotina escola, ela assinalou todas: atividades adaptadas, acompanhamento especializado, atividades lúdicas, brincadeiras e atividades que envolvam a criança autista e os colegas.

Sabe-se que para incluir o aluno é preciso adaptações nas atividades, planejamento e até mesmo no currículo. Para Munster & Almeida (2006, *apud* MUNSTER 2013), no currículo tradicional a ênfase está no produto, no qual propõe uma sala uniforme e homogênea, mas o currículo inclusivo volta-se para o processo, com base no princípio das diferenças.

Nesse sentido, Rodrigues (2006, p.41, *apud* MUNSTER, 2013) afirma que “adaptar é adequar a exigência da tarefa ao nível de desempenho e desenvolvimento do aprendiz”. Assim, compreende-se a importância destas práticas para incluir o aluno na rotina escolar.

SANTOS *et al.* 2015, os autores afirmam que o desafio de alfabetizar alunos com autismo, vem sendo superado à medida que as estratégias de ensino são adaptadas às reais necessidades, dessa forma, reflete positivamente no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças atendidas. Porém, continua uma tendência de exclusão ou desprezo de crianças com alguma deficiência, na maioria das escolas, muitas vezes devido ao despreparo dos profissionais, inacessibilidade

da escola para recebê-las e falta de investimento em capacitação. Pereira *et al* (2013, *apud* DINIZ, 2016)

As atividades lúdicas, jogos, brincadeiras são importantes para o desenvolvimento da aprendizagem, e quando se trata de alunos com transtornos estes métodos ajudaram ainda mais. Pois é possível incluir, socializar e ensinar a todos os alunos.

Entende-se que a ludicidade é importante para todos os alunos, tanto para os ditos “normais” como aqueles que possuem algum transtorno ou deficiência. Através da ludicidade o aluno se sente como parte integrante daquele ambiente, aceito e respeitado por todos. Nas brincadeiras, a intenção é que todos participem e se divirtam, com isso o educando “especial” ao ser inserido tem mais autoestima, pois está participando ativamente com os demais, de todas as atividades. (SOARES, 2010). E assim, com todos os alunos interagindo e aprendendo, acontece naturalmente o processo de inclusão.

Diante das respostas obtidas no questionário é notório que, para se ter a inclusão desses alunos é necessário utilizar de estratégias pedagógicas que considerem as peculiaridades do aluno autista. Como também, é importante que o professor possua conhecimento sobre os métodos e técnicas adequadas para o desenvolvimento do aprendizado dos mesmos.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo que foi relatado, concluiu-se que a inclusão vai muito além da presença de uma criança com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, na sala de ensino regular. Para haver inclusão, é necessário toda preparação e capacitação da equipe escolar. A inclusão é um trabalho em conjunto, que envolve professores, funcionários, gestores e a família do aluno, somente quando todos estes trabalham juntos, é que a inclusão acontece, e assim o aluno tem uma boa assistência na escola para se desenvolver plenamente.

Compreende-se se que o processo de inclusão de alunos autistas no ensino regular, precisa ser de qualidade. Avanços já vêm acontecendo ao longo dos anos,mas, sabe-se que ainda é preciso melhorar alguns aspectos, como o processo de formação docente, mudanças nas práticas educativas e preparação dos profissionais que atendem este público.

Diante do que foi exposto, percebe-se que o aluno incluso na sala de ensino regular da Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Pessoa, tem sido bem assistido no seu ambiente escolar, tendo acompanhamento especializado, atividades adaptadas e sendo envolvido juntamente com os colegas em atividades e brincadeiras. Desta forma, entende-se que mesmo com algumas falhas existentes em no sistema de ensino, os professores e todos os envolvidos no ambiente escolar, são capazes de tornar as salas de aulas inclusivas, um lugar que não apenas insere o aluno, mas que trabalha para ajudar na evolução e desenvolvimento do mesmo.

Nesse sentido, torna-se necessário reflexões acerca desta temática, tendo em vista que em muitas escolas a inclusão ainda não é uma realidade. Apenas através do conhecimento que se pode mudar isto, pois quando todos compreenderem a importância da inclusão, da aceitação das diferenças, se terá um ensino de qualidade, que alcança toda sociedade, independente das suas singularidades.

## REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Roberto Claudio. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, p.59-76, Maio-Ago. 2011. Edição Especial.
- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais.** Porto Alegre: Mediação, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, 20 de dezembro de 2006.
- BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.
- CAMINHA, L. V; HUGUENIN, J; ASSIS, M. L; ALVES, P. P. **Autismo: Vivências e Caminhos.**São Paulo: Blucher, 2016.
- CAVACO, N. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.
- CRUZ, M. B. **João e o Pé de TDAH.** Porto Alegre: Edição revista, 2007.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Wak, 2014.
- CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia.** Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001. 168p.
- DINIZ, C. J. F. **Autismo, ambiente escolar e obstáculos no processo de ensino-aprendizagem.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- FERREIRA, Vivianne Cristinne Marinho Freitas. **Avaliação escolar de alunos autistas: um estudo sobre a relação escola-família em uma instituição pública de ensino do município de Belém - Pará.** 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GARCIA, Maria Rosalba Cardoso. **Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil.** Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 52 jan.-mar. 2013.
- HUBERMAN, M. **O ciclo de vida profissional dos professores.** In: NÓVOA, António. (Org). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto, 1999.
- LIMA, A. P. **Educação Inclusiva e Igualdade Social.** São Paulo: Avercamp, 2006.
- MARFINATI, Cangaçu Anahi; ABRÃO, Ferreira Luís Jorge. **Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito autismo.** Estilos clin, São Paulo, v. 19, n. 2, mai./ago. 2014, 244-262.
- MUNSTER, Van Abreu de Mey. **Inclusão de Estudantes com Deficiências em Programas de Educação Física: Adaptações Curriculares e Metodológicas.** Revista da Sobama, Marília, v. 14, n. 2, p. 27-34, Jul./Dez., 2013.

- OBADIA, Alves Sheyla. **Desvendando o autismo e a educação**. Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 6, n. 2, p. 33-41, maio/ago. 2016.
- OLIVEIRA, Santos Luz Maria. **Formação Docente e inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista**. Algumas reflexões. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- PEREIRA, Celly Anne Vasconcelos; PEREIRA, Ceylla Fernanda Vasconcelos; PEREIRA, Cyelle Carmem Vasconcelos. **Autismo infantil: aplicações do ensino estruturado na inclusão escolar**. Rev. Ciênc. Saúde Nova Esperança – Dez. 2013
- PETERSON, P. J. **Inclusão nos Estados Unidos: filosofia, implementação e capacitação de professores**. Rev. bras. educ. espec., Marília, SP, v. 12, n. 1, abr. 2006.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. São Paulo; Atlas Editora, 1999
- ROLIM, A.A; GUERRA, S.S; TASSIGNY, M. M. **Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil**. Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul./dez. 2008.
- ROTTA, N. T; OHLWEILER, L; RIESGO, R. S. **Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva / Edilene Aparecida Ropoli et.al.** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- SANCHES, Isabel; TEODORO, Antonio. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos**. Revista Lusófona da Educação. Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia, 2006.
- SANTOS, P. M; PAULINO, M. M. **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Myllenna de Oliveira; ZACARIAS, Jaqueline da Cruz; BARBOSA, Amanda Magalhães. **Aprendizagem e Transtorno do Espectro Autista - TEA: Experiências vivenciadas através do projeto ABC do TRATE**. Anais do VI Encontro Alagoano de Educação Inclusiva – I Encontro Nordestino de Inclusão na Educação Superior. Universidade Federal de Alagoas. 2 a 4 de Dezembro de 2015
- SEABRA, M. A. B. **Alunos com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: concepções e práticas de professoras de escolas públicas**. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- SERRA, Dayse. **Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular**. Quando o campo é quem escolhe a teoria. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 1 n. 2, p. 163-176, jul./dez. 2010.
- SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular - Entenda o Autismo**. Rio de Janeiro. ED. Fontanar, 2012.
- SOARES, Edna Machado. **A ludicidade no processo de inclusão de alunos especiais no ambiente educacional**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UER. São Gonçalo, 2010.

TAVARES, L. F. M. L.; SANTOS, M. M. L; FREITAS, C. N. M. **A educação inclusiva:** um Estudo sobre a Formação Docente. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez. 2016.

VALENTE, Luiza Nara. **A Lei 12.764/2012:** uma análise da proteção jurídica ao autista. Londrina PR, de 04 a 07 de Julho de 2017.

**APÊNDICE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Cara professora

Estou elaborando meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A inclusão do aluno autista em uma escola da Rede Estadual de Ensino de João Pessoa” cujo objetivo é investigar como se dá a inclusão de um aluno autista em uma escola regular, orientado pela Prof<sup>a</sup> Isolda Ayres Viana Ramos. Para subsidiar meu trabalho gostaria de contar com sua colaboração respondendo ao questionário abaixo.

Agradeço antecipadamente.

Larissa Sousa Henrique de Meireles

**1. PERFIL ACADÊMICO E PROFISSIONAL DA PROFESSORA**

Idade ( ) Entre 20 e 30 anos

( ) Entre 30 e 40 anos

( ) Mais de 40 anos

Curso que possui:

( ) Magistério

( ) Outro curso médio: \_\_\_\_\_

( ) Curso Superior: \_\_\_\_\_

( ) Especialização: \_\_\_\_\_

Outro: \_\_\_\_\_

Tempo em que fez a última capacitação:

( ) De um ano a três anos atrás

( ) De três a cinco anos atrás

( ) Mais de cinco anos atrás

Fez algum curso de capacitação sobre inclusão?

( ) Sim ( ) Não

Fez algum curso de capacitação sobre autismo?

( ) Sim ( ) Não

Há quanto tempo exerce a profissão: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo está com uma turma de 2<sup>o</sup> ano: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação nesta escola: \_\_\_\_\_

Número de alunos matriculados: \_\_\_\_\_

Média de frequência diária de crianças em sala: \_\_\_\_\_

**2. QUESTIONÁRIO**

1. Qual foi a sua reação ao saber que na turma havia um aluno autista?

( ) Ficou insegura por não ter preparo suficiente para encarar a situação.

( ) Ficou insegura por ter preparação teórica, mas não ter vivência prática.

- Ficou tranquila por estar preparada para lidar com este aluno.
- Tomou a iniciativa de fazer leituras à respeito do autismo.
- Contou com o apoio da Coordenação Pedagógica da escola.

2. Você tem conhecimento teórico sobre o autismo?

- Sim             Não

2.1 Se respondeu sim, como você faz para o aluno aprender?

- Explica o conteúdo de forma igual para toda a turma
- Explica o conteúdo devagar, sempre repetindo
- Explica o conteúdo para todos, mas dirige-se a ele também
- Elabora atividades diferenciadas para ele

2.2 Se respondeu sim, para avaliar o aluno com autismo, o que faz?

- Aplica o mesmo instrumento de avaliação para todos da turma
- Aplica o mesmo instrumento, mas com questões diferenciadas
- Aplica um instrumento de avaliação diferenciado
- Não faz avaliação com ele

2.3 Se respondeu não, como faz para o aluno aprender?

- Explica o conteúdo de forma igual para toda a turma
- Dá explicação individual ao aluno, mesmo na turma
- Dá explicação individual ao aluno, em outro horário
- Não se preocupa, pois ele não vai aprender mesmo

3. Como se comportam os colegas dentro da sala de aula?

- Aceitam e respeitam as limitações do colega autista
- Aceitam e o inclui no grupo nas atividades e nas brincadeiras
- Aceitam, mas não o inclui nas atividades e nas brincadeiras
- Não respeitam as limitações do colega

4. Como professora, você tem conhecimento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência?  Sim  Não

5. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola determina metas e objetivos para inclusão dos alunos com deficiência?  Sim  Não

6. Na escola existe sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou espaço destinado aos alunos com autismo, com recursos didáticos para facilitação do trabalho docente no processo de ensino e aprendizagem?  Sim  Não

7. Esse aluno especificamente, têm atendimento de um cuidador? ( ) Sim ( ) Não

8. Você como professora, acha que seu curso de licenciatura lhe preparou pedagogicamente para incluir o aluno autista, garantindo a ele o acesso ao conhecimento de forma igual aos demais alunos? ( ) Sim ( ) Não

9. Quais as práticas utilizadas para incluir a criança autista na rotina escolar?  
( ) Atividades adaptadas ( ) Acompanhamento especializado ( ) Atividades lúdicas  
( ) Brincadeiras e atividades que envolvam a criança autista e os colegas